

A Centelha

JORNAL DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.2 JAN / FEV '16 preço 1.00 Solidariedade 2.00



Marisa Matias e Edgar Silva, foto LUSA

A LUTA CONTRA OS
DESPEDIMENTOS P4

CLIMA: SOCIALISMO
OU CATÁSTROFE P7

POLÍTICA IDENTITÁRIA
E A LUTA CONTRA A
OPRESSÃO P8

O NOSSO
PRESIDENTE RESGATA
OS TRABALHADORES,
NÃO OS BANCOS

LUTAR PELOS TRABALHADORES

A Dívida não é dos trabalhadores, suspensão imediata do pagamento da dívida. Reembolso, mediante prova, dos pequenos aforradores e anulação dos títulos dos especuladores.

Nenhum sacrifício pelo euro. Anulação de todas as medidas de austeridade desde o 1º Plano de Estabilidade e Crescimento de 2010.

Fim do segredo comercial, temos o direito de saber para onde vai a riqueza produzida, divulgação pública de todos os livros de contas das empresas públicas e privadas.

Fim do sigilo bancário e fiscal para todas as empresas e para os ricos. Transparência total em todas as actividades financeiras e comerciais, em especial dos grandes grupos económicos. Fim dos offshores.

A riqueza da sociedade pertence a quem produz. Nacionalização, sob controlo dos trabalhadores e utentes, dos sectores chave da economia (água, energia, saúde, educação, transportes, comunicações, banca, seguros).

Não à privatização da Saúde, Educação e Segurança Social. O Estado Social pertence a quem trabalha e deve estar ao serviço do povo trabalhador. Criação de um plano de investimento público de reconstrução dos serviços públicos e de produção social e ambientalmente útil.

Aumento imediato do salário mínimo para 5€/hora tendo por base a semana de 40 horas para as grandes empresas e aumento progressivo para pequenas e médias. Aumento imediato das reformas e pensões mínimas para esse valor.

Redução da semana de trabalho para as 30 horas sem perdas salariais. Dividir o trabalho disponível pelos trabalhadores disponíveis com a elaboração de um plano de pleno emprego digno, social e ambientalmente útil.

A habitação é um direito fundamental, não pode ser um negócio. Parar todos os despejos, anulação da nova lei de arrendamento e abolição do IMI. Nacionalização das grandes empresas imobiliárias e criação de um plano de habitação digna e universal, com rendas adequadas ao nível de rendimento de cada agregado familiar.

Repor todos os cortes na Educação, dotar 10% do Orçamento para a Educação. Passe gratuito para todos os estudantes até aos 25 anos, aumento das bolsas de acção social e fim das propinas. Fim ao RJIES e a Bolonha. Apoiar a livre associação cultural, política e desportiva dos jovens através da construção de infraestruturas e espaços a nível local.

Acabar com a brutalidade policial e com o racismo institucional do sistema criminal, investir em reabilitação, formação profissional e emprego digno, não em prisões. Legalização total e direitos iguais para todos os trabalhadores imigrantes.

QUEBRAR O BIPARTIDARISMO DO CAPITAL

Por uma Frente Unida entre PCP, BE, esquerda extra-parlamentar, Sindicatos e movimentos sociais que construa pela base uma real alternativa social e política à alternância do Capital entre PS e PSD-CDS.

Por um programa Socialista que realmente responda à crise. O capitalismo não tem soluções. Por um plano económico democrático baseado nos interesses da vasta maioria e do ambiente. Defender a Democracia Socialista contra a Ditadura dos Mercados.

SOCIALISMO E INTERNACIONALISMO

O Capitalismo produz pobreza, desigualdade, destruição ambiental e guerra. Precisamos de uma luta internacional contra este sistema.

Solidariedade com as lutas dos trabalhadores e oprimidos internacionalmente – uma agressão a um é uma agressão a todos. Contra a UE dos patrões e especuladores, por uma Europa dos trabalhadores, livre e socialista.

Defender sempre uma posição independente da classe trabalhadora nos conflitos imperialistas e neocoloniais.

O QUE É O COMITÉ POR UMA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES?

O CIT é uma organização comunista internacional presente em mais de 50 países e todos os continentes.

Lutamos pelo fim da exploração capitalista que produz a miséria da maioria e a opulência da minoria, enquanto gera uma catástrofe ambiental. Queremos a planificação racional e ecológica da economia mundial sob o controlo democrático de todos os trabalhadores — o Socialismo.

Se deseja assinar A Centelha, envie o seu contacto e faça o pedido para o nosso email

socialismo-revolucionario.org
info@socialismo-revolucionario.org
socialistworld.net 96 959 02 08

**Editorial**

Após dez anos de serviço, Cavaco abandona o Palácio de Belém com o acre fedor do neoliberalismo entranhado nas luxuosas poltronas. Com seu beneplácito, os governos de Sócrates, Coelho e Portas reescreveram as leis laborais abandonando os trabalhadores aos caprichos do patronato. Sob sua protecção, a banca privada delapidou o erário público. Entre as suas raras aparições, nas quais titubeava boçalidades sobre a repartição de sacrifícios, o Estado Social — a educação, a saúde, os transportes — foi desmontado e entregue em peças ao capital privado para que este lucrasse com as necessidades e direitos básicos dos pobres e dos trabalhadores. Como acto final do seu mandato, suportou o governo PSD/CDS até às mais absurdas consequências e, sempre que para tal foi necessário, espezinhou a Constituição. Em suma, Cavaco, durante esta longa década, foi o zeloso defensor dos interesses da sua classe contra os interesses da nossa.

Simultaneamente, preparava essa classe de proprietários um outro representante: Marcelo Rebelo de Sousa.

O “professor”, como é meigamente chamado nos programas televisivos onde, entre incontáveis aldrabices, defendeu a solidez do BES, é orgulhoso filho do Ministro do Ultramar de Marcello Caetano — e nomeado em homenagem ao ditador —, além de presidente vitalício da Fundação Casa de Bragança, uma organização monárquica. Mas apesar destas pouco democráticas credenciais, viu-se durante anos não só a fazer a sua campanha, como também a ser pago para isso. Um voto neste veterano do PSD é um voto na continuação de Cavaco, e toda a comunicação social, aparelho de propaganda do grande capital, fala já no seu “professor” como vencedor garantido.

Ainda assim, o espectáculo da democracia burguesa não pode parar. Apoiada pela ala direita do PS, é também candidata ao mais alto cargo da República a beata Maria de Belém, ex-presidente do seu partido e ministra da saúde no governo de Guterres, após o qual a conjugou o cargo de Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde com

UM PRESIDENTE DE CLASSE E DE LUTA

uma conveniente posição no Grupo Espírito Santo Saúde. Defende a permanência na NATO e até o envio de tropas portuguesas para os conflitos imperialistas dos EUA. Diremos sucintamente que, sob a camada de laca que fixa a sua cabeleira, habitam as mesmíssimas ideias que encontraram um mais austero agasalho sob a careca marcelista.

Numa débil espécie de oposição a este duo ergueu-se o candidato da ala esquerda do PS, Sampaio da Nóvoa, durante anos reitor da Universidade de Lisboa. No seu manifesto lê-se o vazio da moribunda social-democracia. “Tempo da cidadania”, “presidente de causas”, “dignidade humana”... Questões centrais, como a União Europeia, a dívida, o Estado Social, as leis laborais e o emprego são dissolvidas em chavões insonoros. O seu discurso é um interminável chorriho de coisa nenhuma, com um único fio condutor: a conciliação. Este é, sem dúvida, o candidato da conciliação de classes, da paz social, da sonolência. Representa, acima de tudo, as aspirações ingénuas das camadas pequeno-burguesas e de funcionários públicos que resistem à radicalização. Fará, no entanto, não a política dessas obtusas camadas, mas antes a firme política da burguesia que escapou à embriaguez triunfal da restauração do capital monopolista, aquela que entende o perigo de continuar um ataque declarado aos trabalhadores e pretende uma gestão cautelosa do capitalismo. Um voto em Nóvoa é um voto numa austeridade cor-de-rosa, no mesmo fardo que representa a sua camarada Maria de Belém e até o “professor” Marcelo, mas redistribuído com redobrada atenciosidade pelos lombos de quem trabalha.

Apenas dois candidatos figuram como alternativas à política de direita. São Edgar Silva, do PCP, e Marisa Matias, do BE, com candidaturas difíceis de distinguir.

É lamentável que, mais uma vez, as direcções destes partidos não tenham forjado a união necessária para apresentar um can-

didato único da esquerda, capaz de reunir os votos dos que procuram uma arma para golpear os seus capatazes, por mais romba que seja. E, sem dúvida, estas são armas rombas. Não está reflectida nos manifestos e discursos destes candidatos, a cada vez mais aguda e militante consciência que germina nas bases dos seus partidos.

Os manifestos são cópias dos programas eleitorais apresentados nas legislativas de 2015. Mas, aqui, Silva mostra-se ainda mais recuado que o PCP, admitindo, em nome de um mirabolante “sentido de responsabilidade”, que aprovaria o orçamento rectificativo do PS. Aprovaria um roubo aos trabalhadores para dar à banca privada...responsavelmente!

Marisa Matias, por seu lado, não aprovaria o roubo. Apesar disso, as lições que a experiência grega deixou à classe trabalhadora permanecem por tirar não só em Silva, como também em Matias.

Mais uma vez, as campanhas da esquerda vergam-se ao institucionalismo, em vez de brotarem das ruas e dos locais de trabalho, mobilizando os explorados. Importante, no entanto, é notar que estes candidatos são os mais susceptíveis à pressão das organizações dos trabalhadores, e especialmente dos militantes de base dos seus partidos. A vitória de um deles seria um pequeno passo rumo ao aprofundamento da contradição de classes, a uma conjuntura política mais favorável não só a conquistas das organizações de trabalhadores mas também à maior e melhor organização da classe durante o processo de luta.

O que tanto Silva como Matias, tal como as suas direcções partidárias, não compreendem, é que defendem um “interesse nacional” que não existe senão na fantasia constitucional. Ou bem que defendem o interesse do Trabalho, ou bem que defendem o interesse do Capital. Não podeis servir a Deus e a Mamom.

CONTRA OS DESPEDIMENTOS, JUNTAR AS LUTAS NUMA MARÉ UNIDA

Gonçalo Romeiro

Depois de sabermos que os resgates aos bancos já superaram o valor do empréstimo da Troika (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia) — que nos diziam destinar-se a “pagar salários e pensões” —, e que, apesar deles, a Banca continua falida, podemos afirmar com redobrada certeza: o capitalismo é um sistema caduco, incapaz de se manter sem destruir a vida daqueles que só podem viver do seu Trabalho.

Uma das formas de chegar a esta conclusão é analisando o desemprego. Desde 2008 foram destruídos em Portugal, segundo um estudo feito pela CGTP com base em dados do INE, 617 mil postos de trabalho, 12,1% do emprego total, uma média de 7345 por mês. Entre 2011 e 2014, 485 mil trabalhadores deixaram o país. A taxa de desemprego, apesar de ter caído, segundo números oficiais, até ao 2º trimestre de 2015, continua em níveis históricos, existindo cerca de 1 milhão de desempregados. Entre a mais jovem geração da classe trabalhadora, a taxa é ainda mais alta. O desemprego jovem (oficial) é de 30,8% — mas sabemos hoje que este número não reflete a realidade.

E se o presente é mau, não passa de um indicador do futuro que nos reserva o capitalismo, globalmente. De facto, nos EUA,

a maior economia do mundo, segundo um editorial do Financial Times de Dezembro passado, “O velho sonho americano era ter uma casa e dois carros. O novo sonho americano é ter um emprego.”

RECUPERAÇÃO PARA QUEM?

Durante toda a legislatura anterior, PSD e CDS prometeram o céu depois de atravessarmos as tormentas do inferno. Após sucessivos atrasos, mais não tivemos que um curto purgatório. E mesmo isto não se deve à atuação do executivo. É antes resultado da breve “pausa” na dinâmica internacional da crise que foi conseguida, numa pequena parte, através da injeção massiva de capital — o chamado Quantitative Easing —, assim como às decisões do Tribunal Constitucional, mas, acima de tudo, à luta dos trabalhadores.

Houve, realmente, uma recuperação, mas nas fortunas e lucros da classe dominante, não nos rendimentos dos trabalhadores. Durante a crise, as desigualdades sociais agravaram-se em todo o mundo, e Portugal não foi exceção. Os milionários portugueses acumulam uma fortuna conjunta superior a 561 mil milhões de euros, enquanto a dívida pública, insuflada para salvar as fortunas e lucros dos mais ricos, atingiu em julho de 2015 os 290 mil milhões de euros. Segundo

o ex-diretor do Fisco, as 900 famílias mais ricas do país pagam apenas 0,5% da coleta de IRS.

Ao mesmo tempo, os despedimentos coletivos continuam em níveis superiores aos anteriores à chegada da Troika, o recurso a layoffs depois de um curto abrandamento, que se deveu principalmente às alterações à Lei Laboral que facilitaram despedimentos e precariedade, voltou a crescer no final de 2015, o que segundo a CGTP “indicia que algo de grave se passa com a economia”. A contratação coletiva tem sido destruída, tendo passado entre 2008 e 2014 de 441 acordos coletivos para 174, de acordo com o último relatório do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

NO ISOLAMENTO, A DERROTA É CERTA

A destruição de emprego não mostra sinais de abrandamento. Só nos últimos meses de 2015, se juntamos casos como a Triunfo, a Unicer, a Triumph e a Banca, milhares de postos de trabalho foram destruídos ou estão na calha da destruição. A primeira questão que se nos coloca, então, é: como lutar?

Até agora temos relegado a luta contra os despedimentos principalmente para um nível de empresa. Ela tem sido também demasiado dependente de processos lega-

Trabalhadores da Unicer em greve, foto retirada da página “O Ribatejo”



listas, como petições, apelos a instituições e declarações simbólicas de solidariedade por parte das estruturas centrais das nossas organizações sindicais e políticas. Isto resulta num enorme isolamento das lutas, na sua fragmentação. Ficamos, assim, condenados a uma luta defensiva que, salvo raras exceções, é incapaz de alcançar vitórias.

A luta militante, baseada em bloqueios, greves e ações de rua junto das populações envolventes é esporádica e débil. O mesmo se pode dizer de ações de solidariedade ativa e militante por parte das restantes organizações de trabalhadores, que são praticamente inexistentes.

A URGÊNCIA DE UMA NOVA ESTRATÉGIA

Eis outra questão que se nos coloca: como integrar os precários e desempregados na luta contra os despedimentos e por emprego digno?

A sindicalização está em níveis historicamente baixos, entre 1978 e 2014 caiu de 60,8% para 19%, segundo um artigo intitulado “O futuro do sindicalismo na representação sociopolítica” que teve a participação do ex-secretário-geral da CGTP Carvalho da Silva. Existem hoje, em Portugal, cerca de 665 mil trabalhadores sindicalizados num universo de 4,5 milhões de trabalhadores por conta de outrem.

Pensamos que o movimento sindical tem falhado na tarefa de se construir num novo quadro caracterizado por relações laborais crescentemente precárias e por um nível de

desemprego crónico elevado. Sem responder a estas questões, qualquer luta, em particular a luta contra os despedimentos, está condenada à partida.

Os sindicatos têm de encontrar formas de manter os trabalhadores despedidos nos seus sectores de atividade ligados ao seu sindicato, mantendo-os na luta organizada pela reconquista dos seus postos de trabalho. Têm igualmente de priorizar a organização dos trabalhadores precários, construindo um programa sólido e implacável contra a precariedade laboral, e levar esse programa aos trabalhadores não organizados, através de piquetes informativos e de todas as tribunas mediáticas ao seu dispor. Devem pensar os novos setores de atividade como os call centers e em formas de organizar esses trabalhadores.

Enquanto não quebrarmos com um postura rotineira de sindicalismo, o processo de alienação entre a nova geração de trabalhadores e os sindicatos só se irá intensificar.

NA SOLIDARIEDADE, A VITÓRIA É CERTA

É urgente recuperar para a luta laboral o conceito de solidariedade, que se perdeu nas últimas décadas.

Se criamos estruturas sindicais, políticas e sociais de dimensão regional e nacional, fazêmo-lo precisamente para adquirir a capacidade orgânica de pôr em prática uma solidariedade ativa, militante, que vá além de declarações de apoio. Uma solidariedade que sai à rua, faz greve, reforça bloqueios ao

lado dos setores diretamente em luta, pois o potencial das lutas isoladas é cada vez mais limitado.

À medida que a produção capitalista se organiza de formas cada vez mais avançadas no sentido de fragmentar a produção e distribuição, isolando os trabalhadores uns dos outros, através de mil e um mecanismos de subcontratação, outsourcing e fragmentação artificial de empresas, a solidariedade ativa ganha importância redobrada.

Se começássemos imediatamente a trabalhar para unir numa só maré as lutas de todas as empresas e serviços, públicos ou privados, nos quais estão a decorrer processos de despedimento coletivo ou “reestruturações”, como lhes chama o patronato, poderíamos conduzir uma luta vitoriosa de defesa desses postos de trabalho. Imagine-se o que seria uma campanha que unisse os milhares de trabalhadores nessa situação, apoiados pela solidariedade ativa das suas centrais sindicais.

Mais, se encontrarmos formas de integrar os desempregados e a geração de precários, setor a setor, nesta luta, poderemos passar à ofensiva e exigir a sua reintegração, assim como exigir a criação de emprego digno.

Num contexto de eleições presidenciais e de uma esquerda parlamentar mais forte, já temos as tribunas mediáticas necessárias para lançar, por todo o país, uma campanha unida contra os despedimentos e por emprego digno. Mas, para isso, temos de nos livrar das concepções institucionalistas que dominam as nossas organizações políticas e sindicais, e inundar novamente as ruas.



É URGENTE UM AUMENTO REAL DO SALÁRIO MÍNIMO

600€ IMEDIATAMENTE, RUMO AOS 5€/HORA!

Luis Sombreiro

Muito se tem falado no aumento do salário mínimo nacional (SMN), bandeira da CGTP e dos partidos de esquerda nas últimas legislativas. O SMN é um garante do mínimo de justiça e protecção social para os trabalhadores. Mas, com 25% dos trabalhadores na pobreza, sendo que 10% dos que têm contrato fazem parte deste número, quão “mínimo” deve ser o SMN?

O recentemente eleito governo PS, apoiado pela esquerda, aprovou a subida para os 530€ brutos por mês, valor à quem dos 600€ exigidos pela esquerda. Com as contas da água, da electricidade, dos transportes, da comida e, principalmente, da habitação proibitivamente altas, como é que se chega ao fim do mês? Como, se o custo das necessidades básicas aumentou 25% e os salários aumentaram, em média, apenas 2%?

VAMOS A CONTAS

Fazendo as contas a 30 dias e tendo por base o novo SMN líquido (472,17€), verificamos que isso equivale a 15,74€ por dia. Ou seja, um trabalhador a tempo inteiro (40 horas semanais), que receba o salário mínimo, passará a ganhar cerca de 2,68€ por cada hora de trabalho.

Se, como acontece recorrentemente, esse trabalhador ou trabalhadora tiver um agregado familiar composto por mais duas pessoas e seja o único a trabalhar, então estamos limitados a 5,25€ diários por pessoa. Quem se consegue alimentar com este valor?

Com a austeridade que tem sido imposta, o abono de família foi cortado a cerca de 680 mil crianças entre 2009 e 2014, atirando para a pobreza cerca de 1 em cada 3 crianças, chegando a ocorrer situações extremas, nas escolas, de desmaios por subnutrição.

O corte real dos salários (de 11,6% para os trabalhadores do privado e de 21,4% para a função pública), que ocorreu principalmente desde a entrada no Euro, em conjunto

com a diminuição do Estado Social verificada sobretudo a partir de 2012, asfixiou a classe trabalhadora até níveis de vida de há 50 anos atrás. Foram várias as camadas da população atingidas pelo desemprego e perda generalizada de rendimentos, havendo, em meados de 2014, cerca de 700 mil famílias em risco de insolvência.

A SITUAÇÃO REAL

A realidade, porém, ultrapassa a aritmética. Num país que viu um crescimento brutal do número de trabalhadores sem contrato (falsos recibos verdes, contratos a quinzena, trabalho a part-time, etc.), o aumento do SMN, em si, não significará um aumento real para esta fatia cada vez maior da população. É preciso exigir, em paralelo, um contrato de trabalho digno para todos os trabalhadores, exigir que os patrões — principalmente nas grandes empresas — não tenham possibilidade de contornar a lei e pagar abaixo do SMN, situação recorrente, por exemplo, nas cadeias de hipermercados e em empresas de limpeza.

A luta por um salário digno não pode ser dissociada da luta contra a precariedade, tal como o vínculo laboral e o sector de actividade não podem conduzir à divisão das lutas a que tipicamente se assiste. Toda a classe trabalhadora precisa de se envolver para conquistar um salário que permita viver com dignidade.

QUEM PAGA ESTE AUMENTO?

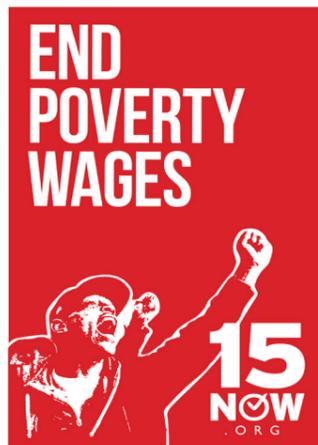
Quando se fala em aumentos salariais, a pergunta que surge imediatamente é de onde virá o dinheiro. Até agora tem havido dinheiro, quer do Estado quer do patronato, para muitos outros gastos.

Em 2013, quando o Governo aumentou o SMN para os 505€, deu, ao mesmo tempo, uma “borla” ao privado na forma de uma redução de 0,75% da TSU, ocorrendo então uma transferência de cerca de 23 milhões de euros anuais da Segurança Social para

o capital. Isto significa que a última actualização do SMN, na verdade, recaiu sobre os bolsos dos trabalhadores e não dos patrões. Como podem então vir dizer agora que não se pode aumentar outra vez o SMN? Principalmente quando Belmiro de Azevedo, um dos mais acérrimos defensores dos salários baixos, viu a sua fortuna crescer 138% em 2013; ou sabendo-se que em 2014 os 1% mais ricos em Portugal detinham 25% da riqueza nacional.

Não podem ser os trabalhadores a pagar este aumento indirectamente através da Segurança Social ou directamente através de aumentos do horário de trabalho, como tem acontecido até agora. Têm de ser os grandes grupos económicos, que lucram milhões e fogem aos impostos, a suportar o aumento. Por outro lado, também não podemos pagá-lo com um aumento nos preços dos bens de primeira necessidade ou nos impostos. O dinheiro gasto pelo Estado nas últimas décadas a salvar os bancos e a dar benefícios fiscais às grandes empresas pode e deve ser utilizado para acomodar uma subida do SMN para um valor digno.

É urgente acabar com os salários de pobreza. Defendemos, por isso, o aumento imediato do SMN para os 600€, como primeiro passo para um aumento até aos 5€/hora. Este aumento tem de ser assumido pelas grandes empresas, que lucram milhões com a exploração dos trabalhadores, e ser faseado para as pequenas empresas, que serão beneficiadas pelo aumento da procura interna.



Tomás Nunes

Antes de iniciar este raciocínio, a página estava em branco, assim como antes dos meios de produção capitalistas a Terra estava limpa e a atmosfera livre de poluição “man made”. Porque é que o capitalismo é o fator preponderante para o rumo das alterações climáticas? Porque o que move, o que caracteriza a economia capitalista é o lucro.

De forma simplificada e sintética, o capitalismo visa a concentração do lucro por parte de uma pequena parte da população (a burguesia), sendo para tal necessário controlar a parte da população que cria o lucro (a classe trabalhadora). Os trabalhadores que trabalham nas fábricas para construir eletrodomésticos, processarem os alimentos ou os operários que constroem os automóveis, etc. são todos controlados pela burguesia, que decide quanto produzir e como produzir, ou seja, em grandes quantidades e com o menor custo possível, levando ao enorme desperdício e à exploração de quem trabalha.

Desde a revolução industrial, cerca de 1850, que a poluição não pára de aumentar. Inicialmente com o uso do carvão e mais tarde com o petróleo. A explosão tecnológica, que criou os atuais meios de transporte, a nossa energia e agricultura, levou à enorme produção de poluentes, do ar, dos solos e dos meios aquáticos. Levou ainda à destruição do meio-ambiente e dos habitats tão importantes para milhares de espécies agora extintas ou em vias de extinção.

Os últimos 20 anos foram os mais quentes de sempre, ocorreram enormes desastres ambientais, naturais e industriais, observámos as múltiplas secas e penúrias que ditaram o futuro de imensas povoações mais vulneráveis.

Será que isto acontece porque não temos alternativa, uma alternativa tecnológica e ideológica? Será que os trabalhadores apoiam este sistema? Sabendo que os afeta, que lhes destrói as aldeias, que os mata, que polui a água que bebem e a comida que consomem? É óbvio que não. Ninguém quer sofrer as consequências das alterações climáticas. Sabemos bem que já existe a tec-

CLIMA: SOCIALISMO OU CATRÁSTROFE?

nologia necessária para evitarmos os combustíveis poluentes, para criar fábricas, meios de transporte, habitações e produzirmos o que consumimos de forma sustentável e saudável.

ENTÃO HAVENDO TECNOLOGIA E VONTADE POPULAR, PORQUE QUE É QUE NÃO SE FAZ NADA?

Depois de 20 cimeiras pelo clima, depois de vários tratados falhados, depois de fraudes como a da Volkswagen, desastres como o do Rio Doce, não estaria na altura de mudar o sistema? A questão é que as únicas transformações encabeçadas pela burguesia, foram adaptações técnicas e históricas de manutenção do poder. Por nenhuma razão as empresas da Big Oil cessarão de explorar as reservas de petróleo, assim como nenhuma empresa parará de produzir veículos poluentes. Nenhum burguês colocará a segurança e o bem-estar das pessoas à frente do lucro. A Monsanto não vai parar de alterar o conteúdo da nossa alimentação porque isso representa um corte no lucro. As grandes empresas de extração mineira não vão construir minas seguras nem não vão pensar na preservação do meio-ambiente circundante.

No entanto podemos notar uma modificação na forma como os produtos são vendidos e publicitados. As adaptações tomadas pelo capitalismo, o capitalismo verde, merecem a nossa atenção. De repente começou-se a falar em carros mais eficientes, comida supostamente orgânica, empresas preocupadas com a exploração infantil, etc.

Tudo isto não passa da adaptação comercial, da estética adaptada a uma procura cada vez mais preocupada e consciente. Vários relatórios afirmam que o ar que respiramos, no Ocidente, está mais limpo. De facto está, à custa da deslocalização da indústria poluidora para países como a China, que reúne as condições para a criação do lucro: salários miseráveis, desregulamentação laboral, pés-

simas condições de trabalho e não menos importante, a forma quase ininterrupta das horas de trabalho. O mercado da poluição permite que se crie um sistema permeável à destruição do ambiente enquanto se afirma, sem vergonha, que o capitalismo verde é a solução.

Como é que colocamos o bem-estar da população em primeiro lugar, simultaneamente garantindo a segurança do ambiente, criando alternativas a este modo de produção? Os meios de produção não podem continuar a servir o lucro, mas suprir as nossas necessidades. A decisão e o planeamento têm de estar sob o controlo democrático dos trabalhadores. Isto passa por definir o que temos de produzir, de que forma e em que quantidade, para suprir as nossas necessidades. Vivemos tempos de grande desigualdade, onde se produz alimento suficiente para alimentar 12 mil milhões de pessoas, enquanto 795 milhões passaram fome em 2015, segundo o relatório das Nações Unidas. Enquanto há casas vazias suficientes para abrigar todas as pessoas sem-abrigo. Enquanto temos a capacidade de produzir energia que não coloque em perigo a saúde das pessoas. O futuro da nossa existência passa pelo controlo democrático dos meios de produção, o controlo democrático de todo o tecido industrial. A gestão democrática da habitação, da saúde, da produção de alimentos, da ciência e até mesmo do planeamento das cidades.

Será esta solução utópica? Vejamos, utópico é colocarmos a nossa esperança num sistema que funciona à volta do lucro, termos fé num sistema que coloca o poder de decisão numa pequena porção da população, num sistema que se diz democrático e livre, porém não supre as necessidades mais básicas da maioria da população, nem respeita o meio-ambiente. É utópico acreditar num capitalismo verde, num capitalismo preocupado.

A POLÍTICA IDENTITÁRIA E A LUTA CONTRA A OPRESSÃO



Membros da Black Panther Party, organização marxista afro-americana, foto de Stephen Shames

Hannah Sell

Socialism Today N° 192 Outubro 2015 (revista mensal do Socialist Party, CIT em Inglaterra e no País de Gales), traduzido e adaptado.

Nos últimos anos, houve um crescimento do que geralmente se chama “identity politics” (política identitária) entre jovens radicalizados perante as várias formas de opressão.

A história mostra que estes movimentos precisam de ir além da identidade. O ponto mais alto da revolta contra o racismo nos EUA, nas décadas de 1950-60, por exemplo, foi alcançado com o partido das Panteras Negras, fundado em 1966 com a mensagem brilhante: “Não combatemos o racismo com o racismo. Combatemos o racismo com a solidariedade. Não combatemos o capitalismo com o capitalismo negro. Combatemos o capitalismo com o socialismo”.

Hoje em dia, tanto o movimento Black Lives Matter (As Vidas Negras Importam)

como o movimento 15Now (pelo salário mínimo de \$15 à hora) são as primeiras etapas de uma nova insurreição contra a pobreza e o racismo nos EUA. Apesar disto, o retrocesso da consciência após o colapso da URSS e o triunfalismo capitalista que o acompanhou, significam que o movimento não começa com uma visão socialista, tal como as Panteras o deixaram.

A política que tem emanado das universidades concentra-se na discussão das experiências pessoais. Aqui se destacam a interseccionalidade e a teoria do privilégio. No Reino Unido, estas teorias têm-se tornado lugar-comum entre grupos feministas universitários. Os interseccionalistas defendem que as opressões se intersectam. Isto acontece: uma mulher negra de classe trabalhadora é triplamente oprimida, por exemplo. Mas os interseccionalistas, muitas vezes, ficam-se por catalogar opressões.

Apoiantes da teoria do privilégio são conhecidos pela frase “verifica o teu privilégio!” (“check your privilege”). A fundadora desta teoria, Peggy McIntosh, defende

que um homem heterossexual, branco e de classe alta, por exemplo, carregava consigo um “saco invisível” de privilégios imerecidos. Diz ela que o poder não está concentrado numa classe ou no Estado, mas espalhado pela sociedade, existindo em todas as relações pessoais e sociais. Assim, foca-se em exortações à mudança individual.

O RACISMO ENRAIZADO

No Reino Unido, onde o racismo é muito difundido, o racismo óbvio é muito menos socialmente aceitável do que era há 30 anos. Isto aconteceu devido a um conjunto de razões, acima de tudo a determinação e confiança acrescida das populações negras e asiáticas na luta contra o racismo. Outro importante factor foi o grande envolvimento de trabalhadores negros e asiáticos nos sindicatos e na luta conjunta com trabalhadores brancos. Estes factores ajudaram a desenvolver um sentimento anti-racista forte entre largas camadas da população branca, especialmente os jovens.

Mas o racismo continua enraizado. A probabilidade de se ser parado e revistado pela polícia é 28 vezes superior sendo-se negro ou asiático. A diferença salarial entre trabalhadores brancos e os de minorias étnicas tem até aumentado nos últimos anos. A taxa de desemprego dos jovens negros é mais do dobro da dos jovens brancos.

Nos EUA, a diferença é ainda maior. Assistiu-se ao desenvolvimento de uma classe média e até de uma pequena elite negra e ambos os processos se reflectem na eleição de um homem negro como presidente. A vasta maioria da população negra continua, apesar disso, entre a mais pobre e oprimida da sociedade, sob violenta repressão estatal. Cento e trinta e cinco afro-americanos foram mortos pela polícia só na primeira metade de 2015.

O racismo não provém de preconceitos individuais, mas de algo mais profundo: a natureza e desenvolvimento do capitalismo. Malcolm X bem afirmou que “não se poder ter capitalismo sem racismo”. O capitalismo, como Marx famosamente escreveu, referindo-se ao papel da escravatura na acumulação primitiva de capital, surgiu “da cabeça aos pés, a escorrer sangue e lama por todos os poros”. Com ele desenvolveram-se toda a espécie de teorias pseudo-científicas forjadas como justificação da escravização de africanos.

Estas ideias foram depois adaptadas para justificar o colonialismo, uma dominação que só cessou devido aos movimentos revolucionários. A exploração económica, no entanto, é mais brutal que nunca. Há 250 anos, a desigualdade entre países mais pobres e mais ricos era de cerca de um para cinco. Hoje é de um para quatrocentos.

A OPRESSÃO DAS MULHERES

Também o sexismo flagrante não é aceite tal como no passado, particularmente nos países capitalistas avançados. Não obstante, a opressão continua, sem ter origem meramente nas atitudes individuais, mas antes no papel da mulher na família e na sociedade de classes.

A maioria de nós pensa na “família” como sendo as pessoas que lhe são mais queridas. Historicamente, no entanto, a ins-

tituição família actua como um agente de controlo social, com o pai como “chefe de família” responsável por disciplinar a mulher e as crianças. E embora estas concepções tenham esmorecido com o aumento da confiança das mulheres, estão longe de ser eliminadas. A ideia da mulher como propriedade permanece, assim como a aceitação da violência e da coersão sobre ela.

Isto era lei até há pouco tempo. A violação no casamento só foi ilegalizada no Reino Unido em 1991, em Espanha em 1992 e na Alemanha em 1997. Embora ilegal, a violação no casamento continua prática comum e impune na maioria das vezes. Estima-se que, no Reino Unido, apenas 15% das violações sejam reportadas à polícia e que, destas, apenas 7% resultem em condenação. De acordo com a ONU, de todas as mulheres mortas mundialmente em 2012, quase metade foram mortas pelos seus companheiros ou familiares. Em contraste, apenas 6% dos homens foram mortos por companheiras ou familiares.

Ao mesmo tempo, as mulheres continuam a suportar o trabalho doméstico. Em muitos casos, permanecem, como dizia Leon Trotsky, “as escravas dos escravos”. No Reino Unido, por exemplo, estima-se que, em média, uma mulher faz 17 horas semanais de trabalho doméstico (incluindo cuidar das crianças), enquanto um homem faz menos de 6.

Quem mais lucra, no entanto, é o capital. Ao colocar sobre as mulheres o fardo da vida doméstica, da educação da nova geração (futura força de trabalho), e do tratamento dos doentes e mais velhos, aparta-as da participação política.

PODER CONCENTRADO NA CLASSE CAPITALISTA

Dizer que o poder não está concentrado numa classe é um erro. Hoje, a riqueza e poder estão concentrados ainda em menos mãos — os donos dos maiores bancos e corporações — do que no tempo de Marx. De acordo com a Oxfam, os 85 mais ricos do planeta têm tanta riqueza como a metade mais pobre da população mundial. Nestes 85 incluem-se cinco mulheres e um africano. O seu papel na sociedade, no entanto, não

deriva primeiramente da sua cor ou género, mas do facto de fazerem parte de uma infima elite.

As 100 maiores empresas controlam 70% do comércio global. Mesmo que as suas administrações incluíssem muitos negros ou mulheres, não faria qualquer diferença material para a classe trabalhadora e para os pobres em todo o mundo. Basta olhar para a África do Sul, onde a incorporação de uma minoria negra na classe capitalista não fez qualquer diferença para a maioria. O capitalismo é já incapaz de ser um agente de progresso social. Muitos dos direitos dados por garantidos pelas gerações mais velhas na Europa, como um trabalho seguro, casa e reforma, são agora coisas do passado.

Dizer que as relações sociais da sociedade moderna são capitalistas não equivale a uma visão “economicista”, a assumir que cada aspecto da superestrutura — o Estado, a política, a cultura — é rigidamente determinado pela economia. Existe, sim, uma relação entre ambas. As atitudes sociais e políticas reflectem não apenas o estado actual do capitalismo, como também algumas reminiscências do passado e — particularmente nas lutas da classe trabalhadora e dos oprimidos — as sementes de um futuro melhor.

Não obstante, enquanto vivermos numa sociedade capitalista, onde a riqueza e o poder pertencem a uma pequena elite que controla e detém a indústria e a ciência, então a superestrutura dessa sociedade irá, em última instância, reflectir os interesses dessa elite.

Se a luta de massas força o capitalismo a adaptar-se — como tem sido o caso dos direitos LGBT, igualdade salarial e outras medidas —, a mudança profunda e duradoura só será alcançada pelo socialismo.

Na Rússia, em 1917, a classe trabalhadora liderou um movimento que derrubou o capitalismo pela primeira e, para já, única vez na História. A pobreza extrema e o isolamento do Estado Operário levaram à sua degeneração.

Na Rússia “atrasada”, foram introduzidas rápidas mudanças legais que estavam décadas à frente de qualquer país capitalista. Entre elas o sufrágio universal, o casamento civil e o divórcio quando requerido por



Mineiros do Reino Unido enfrentam a repressão do Estado na greve de 1984-1985, autor desconhecido

qualquer uma das partes, o salário igual, a licença de maternidade, o direito ao aborto e a legalização da homossexualidade. Às nacionalidades oprimidas foi dado o direito à auto-determinação.

Evidentemente, isto não basta. Décadas após a legislação de igualdade salarial ter sido aprovada no Reino Unido, as mulheres ganham, em média, menos 5000£ por ano que os homens. Questionando a opressão feminina na URSS, Trotsky escreveu que a igualdade legal era um passo em frente, mas que a igualdade real nas relações sociais precisava de um “arado mais fundo”, capaz de gerar a igualdade económica real, levantar o fardo doméstico e eliminar comportamentos milenares. Várias medidas começaram a ser implementadas após a Revolução (creches grátis, refeitórios comunitários e lavandarias públicas), e embora nunca totalmente realizadas devido à degeneração da URSS, mostraram que as tarefas domésticas podem desaparecer.

Muitos interseccionistas põem pouca ênfase na exigência de medidas práticas e económicas capazes de diminuir o fardo da mulher. Mas libertar as mulheres de serem as cuidadoras, as cozinheiras e as lavadeiras de toda a sociedade é um pré-requisito essencial para acabar com a opressão. O capitalismo, em vez disso, anda para trás.

A austeridade afecta severamente as mulheres, cortando serviços públicos que

aliviavam trabalhos que recaem sobre elas. Isto aplica-se igualmente às consequências nefastas, por vezes mortais, que afectam as pessoas portadoras de deficiência.

O COMBATE AO PRECONCEITO

Apontar a necessidade de mudança radical não minimiza a importância do combate à opressão enquanto vivemos nesta sociedade. Esta é uma batalha constante.

Os interseccionistas defendem a criação de “espaços seguros” com tolerância zero a qualquer opressão. Mas é utópico tentar criar um espaço separado da sociedade. Isto pode até levar a ambientes anti-democráticos nos quais indivíduos que dominem um dado “espaço” se declaram oprimidos por ideias com as quais discordam.

Existe ainda a tendência perigosa de medir o valor da contribuição de alguém para uma discussão pelas opressões que sofre. Isto é um erro. A única primeira ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, sofria opressão individual enquanto mulher, mas o seu programa neoliberal foi completamente oposto aos interesses das trabalhadoras.

O capitalismo molda a perspectiva de todos desde o nascimento, com todas as distorções da personalidade humana que isso comporta. Isto inclui comportamentos que se esperam de cada um, em conformidade com um género determinado. É impossível

escapar-lhe totalmente. Claro que os socialistas apoiam o direito dos indivíduos definirem o seu género e sexualidade. No entanto, apesar da radicalização nestas questões, isso não significa que seja possível criar espaços dentro do capitalismo completamente livres das pressões da sociedade. Nesta sociedade, os papéis de género são uma realidade objectiva. Até a rejeição das normas de género capitalistas significa reagir a essas normas, e portanto ser afectado por elas. Não é possível prever exactamente como as relações humanas, incluindo o género, irão florescer no futuro, libertas do rígido colete de forças imposto pelo capitalismo.

O PAPEL DA CLASSE TRABALHADORA

Hoje, como quando Marx chamou à classe trabalhadora “coveira do capitalismo”, esta é a força capaz de nos livrar do sistema. Tanto a teoria do privilégio como a interseccionalidade listariam o “classismo” como uma forma de opressão, entendido normalmente como preconceito contra pessoas pelo seu sotaque ou código postal.

A ideia de que um trabalhador nigeriano tem mais em comum com um trabalhador britânico do que com Aliko Dangote, o único africano na lista dos 85 mais ricos do planeta, não é compreendida. O facto de ser a classe trabalhadora a responsável pela

criação dos lucros dos capitalistas e capaz, através da acção colectiva, de travar o capitalismo, é dispensado como ideia antiquada.

No entanto, esta classe não “desaparece”. É hoje mais forte do que na época da Revolução Russa. Países onde os trabalhadores constituíam uma pequena minoria há um século, têm hoje enormes classes trabalhadoras. Nos países desenvolvidos, a desindustrialização significa uma diminuição do operariado fabril, mas os trabalhadores têm o poder imenso de parar a sociedade quando entram em greve.

A desindustrialização não levou a juventude a tornar-se “classe média”. Empurrou-a para baixos salários, trabalho temporário, normalmente no sector terciário. Igualmente, largas camadas da população — incluindo funcionários públicos e professores — antes considerados classe média, são arrastados para a classe trabalhadora.

Tem havido um aumento global de conflito social, e até movimentos revolucionários. A partir destas lutas, maioritariamente derrotadas, conclui-se o que é necessário para mudar a sociedade. Tal requer um movimento revolucionário de massas, que junte diferentes sectores da classe trabalhadora — com diferentes experiências e perspectivas — num partido de massas com um programa claro e uma liderança responsável e determinada.

É, portanto, crucial que um tal partido de

massas inclua nas suas fileiras as camadas mais oprimidas da classe trabalhadora e que seja uma força vibrante e democrática em que todos os participantes se expressem. O seu programa tem de lutar pelos direitos não só da classe trabalhadora em geral, mas dos grupos oprimidos, tal como fizeram os bolcheviques.

É A LUTA QUE UNIFICA

É ridículo dizer que quem luta contra a sua opressão específica deve sentar-se e “esperar” pela luta de toda a classe trabalhadora. Mas um movimento tem sempre mais hipóteses de ser bem sucedido se conseguir chegar a outros sectores da classe trabalhadora. É importante que o programa desse movimento tente fazê-lo.

Para acabar de vez com o racismo nos EUA, será necessário acabar com o capitalismo e, portanto, envolver na luta diferentes sectores da classe trabalhadora — negros, hispânicos, asiáticos e brancos. A população afro-americana constitui 13% da população, não vencerá sozinha.

A classe capitalista aumenta a sua força dividindo os oprimidos. Os oprimidos aumentam a sua força unindo-se.

Muitas das pessoas que procuram uma maneira de alterar a sociedade e são atraídas pela política identitária, rapidamente esbarram com os seus limites.

Uma pequena indicação desta tendência é a popularidade do filme *Pride* entre jovens. O filme conta a história verdadeira do “Lésbicas e Gays em Apoio aos Mineiros” (LGSM, na sigla original). O LGSM reconheceu as semelhanças entre a luta contra os conservadores e a luta que os mineiros ingleses travaram durante a greve de 1984/85. O seu apoio aos mineiros não foi fácil — com preconceitos de ambos os lados — mas, no final, forjaram a unidade. O LGSM compreendeu que a vitória para os mineiros era uma vitória para si, e uma derrota massiva para a Thatcher, para os conservadores e para a classe capitalista. Não disse aos mineiros, tipicamente homens brancos, heterossexuais e inicialmente homofóbicos, para “verificar o seu privilégio”. Por causa disto, grandes sectores do movimento dos trabalhadores participaram plenamente na luta pela emancipação LGBT, incluindo o Sindicato Nacional de Mineiros.

Esta greve foi um evento histórico no Reino Unido que será eclipsado pela luta futura. Para alguns interseccionistas, será necessário ver o poder da classe trabalhadora para concluir que o caminho não é o dos grupelhos fragmentados, mas sim o da luta de classes. Números crescentes de jovens, particularmente quando participam em lutas concretas, já estão a ser atraídos pelas ideias socialistas como a única via para a emancipação de toda a humanidade.



Membros da LGSM, em Londres, manifestando o seu apoio à greve dos mineiros de 1984-1985, autor desconhecido

ESTADO ESPANHOL: ELEIÇÕES MARCAM VIRAGEM À ESQUERDA

Cabeça de lista de En Comú Podem, Xavier Domènech, foto de EFE-Alejandro García, publico.es



NÃO HÁ MAIORIA GOVERNAMENTAL ENQUANTO PODEMOS RECUPERA

Declaração de Socialismo Revolucionário (CIT no Estado Espanhol), tradução e adaptação

As eleições a 20 de dezembro registaram uma mudança fundamental na situação política e na composição do parlamento. Esta mudança foi construída através das mobilizações de massas e movimentos sociais ao longo dos últimos anos, sendo refletida nas eleições locais em maio, quando os candidatos de listas de “unidade popular” ganharam em Barcelona, Madrid, etc.

O aspeto mais importante nestas eleições refletiu-se na quebra do sistema bipartidário, que perdeu mais de 5 milhões de votos entre o PP e o ex-social-democrata PSOE. Enquanto o PP perdeu mais de 3,6 milhões de votos, o PSOE também teve a sua votação mais baixa desde o fim da ditadura. Por outro lado, dois novos partidos entraram no parlamento, o Ciudadanos

da direita populista, mas especialmente o Podemos, que, em conjunto com os seus aliados, ganhou mais de 20% dos votos e 69 assentos no parlamento. Apesar da sua recente mudança em direção à “moderação”, o Podemos manteve-se como uma força anti-austeridade baseada em argumentos “anti-sistema”.

Claro que não se pode ignorar que o PP, que ganhou 123 assentos, ainda emergiu como o maior partido, com uma margem de 1,7 milhões de votos sobre o segundo classificado PSOE. Isto apesar do forte declínio que o PP tem sofrido durante o seu mandato no governo. O crescimento anémico recente - não sentido pela maioria - bem como o facto de o desemprego não ter crescido pode ter servido para aumentar de alguma forma o resultado. No entanto, o resultado geral do PP é desastroso. Perdeu a maioria absoluta, sem sequer chegar perto.

O Ciudadanos fez uma forte entrada no

parlamento para um novo partido nacional, mas ainda assim ficou bem abaixo das expectativas refletidas nas sondagens. Sofreu por erros políticos - crucialmente, ao prometer apoiar a formação de um governo PP - nos últimos estágios da campanha. As perspectivas para o Ciudadanos não são brilhantes, visto que é cada vez mais associado com as políticas de austeridade.

REAPARECIMENTO DO PODEMOS, MAS UMA OPORTUNIDADE PERDIDA PARA A ESQUERDA

A mudança mais importante na situação política é, naturalmente, a entrada do Podemos no parlamento, com mais de 5 milhões de votos na sua primeira eleição geral. Confirmou parcialmente a reviravolta que Pablo Iglesias tinha previsto. O desempenho hábil de Iglesias nos debates na TV, bem como a forte intervenção dos líderes de movimentos sociais, ainda im-

ensamente populares em toda a Espanha - especialmente Ada Colau, líder da PAH, o movimento anti-despejos - contribuíram para esse crescimento. No final, o Podemos esteve muito perto do PSOE, que ficou apenas 340 mil votos à frente, em segundo lugar.

Na Catalunha, a lista apoiada pelo Podemos, Esquerda Unida e outros, En Comú Podem, foi a mais votada, com uma vitória histórica. O Podemos também foi o partido mais votado no País Basco, e ficou em segundo lugar na Galiza e em Valência - fortalezas tradicionais do PP - onde também esteve em aliança com outras forças de esquerda, Anova na Galiza e Compromis em Valência.

Os resultados mostram que o Podemos teve melhores resultados em listas onde houve uma verdadeira união de forças, incluindo a esquerda e as organizações de trabalhadores. Isto sublinha o ponto que o Socialismo Revolucionário tem con-

sistentemente feito: que uma candidatura unida, com base em movimentos sociais e incluindo todas as forças verdadeiramente de esquerda poderiam ter lutado decisivamente para ganhar as eleições.

A Esquerda Unida/Unidade Popular (IU-UP) teve também um resultado bastante significativo, ganhando quase 1 milhão de votos, apesar de não se candidatar em várias regiões devido a alianças com o Podemos. Alberto Garzón, o seu líder de esquerda, levou a cabo uma campanha muito boa e terá gerado apoio e capital político que vão muito além daqueles que votaram a favor da lista IU-UP. Foi a campanha com um programa mais solidamente de esquerda, que, embora não revolucionário, inclui os principais pontos para retirar o poder económico da elite.

Em geral, as eleições mostraram uma viragem à esquerda na sociedade, refletindo a luta de classes dos últimos tempos. Deve-se agora construir a unidade na luta contra a

austeridade de qualquer novo governo que seja formado.

QUAL SERÁ O PRÓXIMO GOVERNO?

Dada a volatilidade da situação, as perspectivas para o próximo governo estão em aberto. Não é certo quem irá formar governo e não se podem excluir novas eleições, se nenhum candidato conseguir a votação necessária no parlamento.

Apesar da pressão - inclusive internamente - sob a qual o PSOE se encontra, para apoiar, ou pelo menos não se opor, a um novo governo do PP, mesmo à custa de perder mais apoio, é mais provável que o PSOE tente formar um governo alternativo, com o apoio do Podemos e outros.

É importante que a esquerda não se esqueça do carácter capitalista, pró-austeridade que um novo governo do PSOE terá. Embora o Podemos e outras forças de esquerda possam estar corretos ao apoiar a formação de um governo alternativo para expulsar o PP, devem manter a independência política e em troca exigir concessões concretas. Tal movimento não deve tornar-se de forma alguma uma coligação, visto que a liderança do PSOE é firmemente pró-capitalista. As forças da esquerda e da classe trabalhadora não podem passar um cheque em branco ao novo governo.

A forma mais importante para obter concessões de um governo de minoria - seja do PSOE ou do PP - está na luta nas ruas e nos locais de trabalho. Tais governos são muito menos estáveis e mais fáceis de pressionar, ou em último caso, de derrubar por via de mobilizações, o que não foi o caso com o governo de maioria absoluta do PP.

É portanto necessário preparar a classe trabalhadora e a esquerda para tomar o poder para a maioria, através de novas organizações democráticas munidas de um programa de propriedade democrática pública para planificar a economia no interesse da sociedade, e de respeito pelos direitos de todos os povos.

ELEIÇÕES VENEZUELANAS

Frederico Aleixo

No dia 6 de Dezembro decorreram as eleições parlamentares venezuelanas. As primeiras desde o desaparecimento de Hugo Chávez e da eleição de Nicolás Maduro para a presidência. O país encontra-se profundamente dividido e era esperado um resultado menos favorável do que em 2010. A verdade é que o Gran Polo Patriótico Simón Bolívar, coligação onde se inscreveu o PSUV e outras forças de esquerda como o PCV, obteve uma derrota pesada. Perdeu 55 assentos e ficou a 15,4% da Mesa de la Unidad Democrática, partido representante da burguesia e de forças oportunistas, que ganhou uma maioria qualificada de 112 lugares e viu-lhe serem conferidos poderes que podem colocar em causa a governação de Maduro. Apesar do contexto económico complicado, o chavismo não se encontra imune às críticas. O elevado número de votos nulos e a abstenção apenas complementam uma intenção de voto em queda, o que pode significar um aproveitamento eficaz do descontentamento por parte da burguesia, mas igualmente a necessidade de iniciar uma nova etapa do processo bolivariano com a participação efectiva das massas. Com efeito, desta derrota

pode nascer uma enorme possibilidade de recuperar o ímpeto revolucionário. A única solução para as contradições existentes na sociedade venezuelana.

A SABOTAGEM ECONÓMICA E AS RECEITAS DO PETRÓLEO

Nos meses que antecederam o sufrágio, não foram poucas as vezes que Nicolás Maduro referiu a guerra económica lançada pela burguesia do país em aliança com o imperialismo estadunidense como principal causa da crise vivida no país. Em causa está a acusação do governo segundo a qual os empresários estariam a entesourar os dólares financiados pelo governo para aquisição de produtos importados ou mesmo a armazenar estes mesmos produtos por forma a provocar uma subida geral dos preços com grave impacto no poder de compra da população. Embora estas acusações tenham um fundo de verdade, a escassez e o desvio de produtos para o mercado negro – embora a um grau mais reduzido – já aconteciam durante a governação de Chávez, assim como já se verificava um nível de inflação preocupante. O que verdadeiramente mudou foi a queda brutal do preço internacional do petróleo. Uma queda agravada pela diminuição da

importação do petróleo venezuelano por parte do seu maior cliente, os EUA. Todavia, estes problemas, mais que revelarem um plano concertado da burguesia para depor o governo em funções, ilustram o longo caminho a percorrer entre a economia venezuelana e uma economia socialista. A excessiva dependência do petróleo, que representa 95% das exportações e cerca de metade das receitas orçamentais, revela uma economia pouco diversificada e completamente exposta às oscilações do comércio internacional e das relações comerciais com potências centrais do capitalismo mundial. É o que acontece quando a produção está subordinada ao princípio da vantagem comparativa: visa o lucro e não a satisfação das necessidades e carências dos trabalhadores.

A POUCA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO BOLIVARIANO

O anterior presidente da república bolivariana foi eleito num clima de grande divisão social no país em 1998. A sua ascensão pode ser explicada pelo clima de descontentamento que era produto da crescente assimetria e desenrolar da luta de classes no país. O programa “Agenda Venezuela” encajado pelo Presidente Rafael Caldera teve o condão de despertar as massas contra as medidas neoliberais aplicadas com o alto patrocínio do FMI.

Com uma Constituição de forte pendor presidencialista aprovada em 1999, Hugo Chávez obteve nova vitória e liderou o país até 2012 com várias vitórias eleitorais pelo caminho. Os seus sucessivos mandatos podem ser caracterizados pela excessiva personalização do poder político, apesar da suposta exaltação do poder popular. Uma contradição espelhada nos próprios conselhos comunais e outras formas de participação política directa que, sendo órgãos assentes no

princípio constitucional da democracia representativa, não escapavam à formalização da lei. A participação popular no processo bolivariano ficou sempre limitada ao poder executivo que estabeleceu e instrumentalizou as suas forças para seu próprio proveito e exercício. Esta desconfiança das massas pode ser enquadrada na lógica de funcionamento de um regime bonapartista sui generis. Este conceito foi cunhado por Leon Trotsky e serve para descrever um governo que emerge acima das classes em países periféricos e dependentes com uma burguesia nacional débil, podendo optar por governar para o capital estrangeiro ou fazer do proletariado o seu suporte para mediar o conflito de classes interno e combater o imperialismo através de cedências. Por aqui se explicam as nacionalizações e as políticas sociais, mas também a formação de uma forte burocracia que se somou à equação da aliança entre exército e povo.

POR UMA VERDADEIRA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

O governo da república bolivariana da Venezuela depara-se com o maior desafio desde a sua fundação. Além dos problemas económicos e financeiros, o imperialismo estadunidense estende cada vez mais os seus tentáculos pela América do Sul. Mais: a própria ala direita do PSUV ligada ao aparelho burocrata do Estado e defensora do diálogo com a burguesia constitui um entrave a uma saída revolucionária para a crise. Mas esta ameaça é também uma excelente oportunidade. Neste contexto, a classe operária necessita de impulsionar um salto qualitativo; de assumir a vanguarda da radicalização de um processo revolucionário socialista. Um partido independente de classe que reúna as várias forças revolucionárias, incluindo a ala esquerda do PSUV, e conduza os trabalhadores para a tomada do Estado venezuelano. É necessário passar da simples nacionalização de sectores para uma verdadeira organização económica socialista sob o controlo democrático dos trabalhadores com implicações na definição do comércio externo. A democracia socialista é a única alternativa, caso contrário nem as conquistas do chavismo serão preservadas futuramente.

CIT NO MUNDO

VEREADORA SOCIALISTA REELEITA EM SEATTLE

João Gorizia

Em Novembro de 2015, Kshama Sawant, do Socialist Alternative (CIT nos EUA), foi reeleita como vereadora da Câmara de Seattle. Esta importante vitória é o reafirmar da viragem à esquerda no seio da classe trabalhadora norte-americana e a confirmação que as ideias do Socialismo crescem no coração do Capitalismo mundial - e estão para ficar.

Repetindo a campanha porta a porta e cara a cara, desde há dois anos, o Socialist Alternative e centenas de activistas de base trouxeram uma “nova” forma de fazer política. Criar uma campanha de base, um movimento alargado em que os eleitores são participantes activos na campanha e não meros espectadores para as mentiras dos candidatos apoiados pelos grandes grupos económicos. Uma campanha com um claro programa de aumento dos salários, controlo

de rendas e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da cidade. Desta forma, a nossa camarada foi capaz de colectar quase meio milhão de dólares de 3500 indivíduos, recusando qualquer doação de grandes companhias.

Esta vitória alicerçou-se também no trabalho institucional e político que foi feito de apoiar movimentos como o 15Now, duplicando o salário mínimo, na ajuda a sectores oprimidos como LGBT, imigrantes, indígenas e trabalhadores em risco de desemprego ou despejo. A população de Seattle reconheceu a Kshama e o Socialist Alternative como seus representantes e responderam em massa.

Os próximos quatro anos serão emocionantes de acompanhar, prometendo um aprofundar das contradições e da desigualdade na economia norte-americana, com consequente resposta organizada dos trabalhadores, especialmente dos mais precários.

CONSOLIDAÇÃO DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA NAS ELEIÇÕES IRLANDESAS

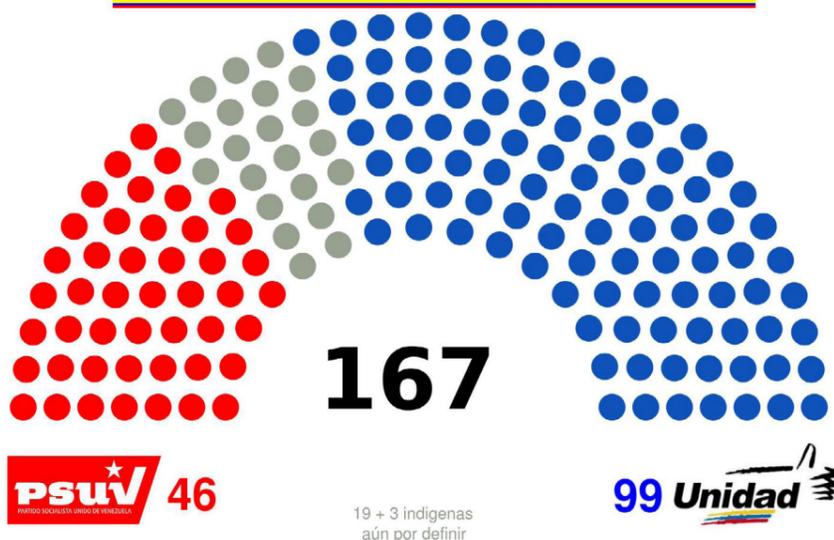
A República da Irlanda vai a votos no início de Fevereiro, com a possibilidade do Socialist Party, secção irlandesa do CIT, re-eleger 3 deputados para o Dáil (Parlamento Irlandês). Os candidatos concorrem inseridos numa frente, a Anti-Austerity Alliance (Aliança Anti-Austeridade), com um programa 100% anti-austeridade, de investimento em serviços públicos como habitação, saúde, educação e protecção social; pela devolução de todos os cortes em salários, fim da taxa da água.

Esta campanha surge num momento muito particular na luta de classes na Irlanda, com um massivo movimento popular contra as taxas de água, no qual os nossos camaradas participaram e ajudaram a crescer, inclusivamente utilizando a sua posição no Dáil para esse efeito. Esta campanha de desobediência civil em massa conseguiu, por um

lado, levar 57% dos irlandeses a boicotar o pagamento e, por outro lado, expor os partidos pró-capitalistas (Fianna Fail, Fine Gael e Labour) como contrários aos interesses da classe trabalhadora irlandesa, mas também o Sinn Féin como incapaz de ir até às últimas consequências na defesa destes mesmos interesses.

Nesse sentido, a AAA decidiu não se aliar ao Sinn Féin e concorrer numa aliança eleitoral com o People Before Profit (Pessoas Antes do Lucro), numa tentativa de aumentar a votação e presença da esquerda anticapitalista dentro do Parlamento. As sondagens apontam para a eleição de 7 ou 8 deputados para esta aliança, cujos mandatos deverão ser utilizados para dar visibilidade à campanha contra as taxas de água, mas também às lutas sindicais e sociais, como o direito ao aborto.

Resultados de las elecciones parlamentarias



A Centelha

JORNAL DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.2 JAN / FEV '16 preço 1.00 Solidariedade 2.00



Estudantes contra a reorganização da rede estadual de São Paulo, autor desconhecido

SÃO PAULO E A REBELIÃO DOS PINGUINS

João Reberti

Os acontecimentos que tiveram lugar em São Paulo nos últimos meses não são inesperados, mas conseguiram apanhar desprevenido, pela sua magnitude, o odiado governador paulista Geraldo Alckmin.

Face ao novo plano de reorganização escolar, que levaria ao encerramento de 94 escolas, os estudantes disseram “Basta!” e, ironicamente, foram estes a reorganizar-se, procurando defender os seus interesses enquanto alunos, os das suas famílias e, em última instância, dos trabalhadores que dependem do ensino público.

Recordemos que, uma vez mais, se trata de uma questão de classe. Esta define as probabilidades de uma pessoa conseguir vingar, ou não, no grande jogo de “Monopoly” que é a economia capitalista. Neste contexto torna-se fundamental a defesa intransigente do ensino público de qualidade.

Acusado de ter uma agenda austeritária

que afectaria 311 mil estudantes e 74 mil professores, o governo estadual promove despedimentos em toda rede de ensino público. Sob a capa dos estudos e dos exemplos estrangeiros, alega-se que as escolas de ciclo único, isto é, EB 2,3, são mais eficientes que as de ensino integral, 1º ao 12º ano, mas esta questão é de somenos importância de momento, pois a opção foi tomada independentemente dos seus méritos e defeitos. Tais reorganizações têm apenas uma finalidade: reduzir custos à revelia das necessidades da população. Com turmas maiores, a qualidade de ensino deteriora-se.

Rápidos na asserção, os estudantes contra-atacaram. No seguimento da greve de professores contra os despedimentos e a precarização do trabalho, que contou com o apoio dos estudantes, deu-se a primeira ocupação nos arredores de São Paulo. A 1 de Dezembro é decretada a reorganização, para três dias depois ser suspensa. Já havia 196 escolas ocupadas e uma rede de apoio a funcionar.

A vitória não é certa mas a moral, o conhecimento e a capacidade organizativa estão a níveis máximos e é algo que os estudantes certamente não perderão tão cedo. A opinião pública divide-se e o movimento estudantil contou com a solidariedade de largos sectores. Estes ofereceram os seus serviços à causa: jardineiros, professores de arte, electricistas, entre outros, que possibilitaram uma série de reparações nas infraestruturas altamente degradadas, bem como actividades diárias.

Não é um caso isolado, a cada dia que passa o fosso entre os trabalhadores e a burguesia aumenta, tomam-se lados e, apesar de ainda haver muita confusão, o que é natural tendo em conta a consciência embrionária, a luta no Brasil intensifica-se.

Em Portugal, fruto do último ciclo de luta e também de outras componentes sociais, o movimento estudantil encontra-se não morto mas adormecido, com um potencial que, se bem catalizado, promete abalar os pés de barro da presente paz social.